



Mário Abrantes

Contra tudo e contra todos?

Desculpem-me os leitores por fugir esta semana aos nossos problemas (que não são poucos) e por fugir também à matéria quente da informação que, após as regionais, volta agora em redor das eleições do próximo dia 10 de março para a Assembleia da República.

De forma amargurada e com um sentimento de quase impotência, decidi ainda assim optar por uma matéria bem mais triste e incómoda para todo o planeta político-institucional. Um mundo em que a esmagadora maioria dos países mais desenvolvidos, com Portugal incluído (África do Sul e Nicarágua são exemplos, entre alguns outros, de honrosas exceções), fingem não ver, assobiam para o lado e não se compadecem de forma efetiva, sincera e eficaz com o horror e o descomunal atentado aos direitos humanos, em particular o direito à vida, que se abateu de forma sistemática e continuada desde há três meses na Palestina.

Não se trata de uma guerra, que essa não existe por mais que a proclamem, mas do terror (terrorista é o Hamas, estava-me esquecendo), o sofrimento e a matança que, em fase aguda, quaresmal e da páscoa sionistas, ameaça cair agora sobre Rafah, cidade fronteiriça com o Egito, onde se refugiaram, empurrados como carneiros pelas bombas e tanques do invasor comandado por Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, um milhão e meio de palestinianos (mais de metade dos habitantes da faixa de Gaza).

Netanyahu grita que, contra tudo e contra todos, vai continuar a espalhar sangue, terror e dor em terras da Palestina ocupada (já chacinou 28000 civis), e o que responde o nosso mundo?

Biden e os EUA são os seus grandes fornecedores de armamento e dinheiro, e continuam a sê-lo enquanto, ao mesmo tempo, dizem: “os israelitas estão a exagerar um pouco”, ou seja, traduzido em bom português: “Oh, Netanyahu! Mata menos um bocadinho que assim já pode ser...”

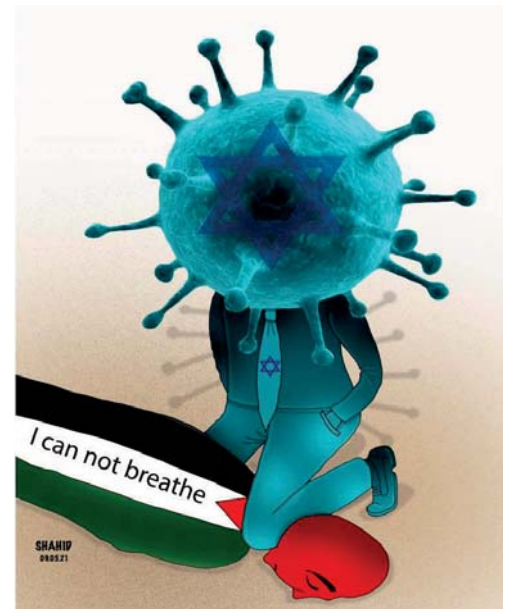
A União Europeia depois de Von der Leyen se ter pomposamente deslocado a Israel, a seguir ao ataque do Hamas (ao que parece sem dar conhecimento aos seus pares), para prestar todo o apoio e solidariedade a Netanyahu na invasão da Pa-

lestina, vem agora pedir para os EUA deixarem de fornecer armas a Israel, o que traduzido em bom português resulta em dizer que podem continuar a usar as que já têm consigo, e não são poucas como todos têm visto...

Portugal, pela boca do seu Presidente, ignorando mais de 70 anos de escorraçamento dos palestinianos das suas terras de origem, diz que “foram os palestinianos que começaram”, o que, traduzido em bom português desculpa na prática, a partir daí, todas as atrocidades sobre aquele povo...

Por onde anda o amor pela Paz, a seriedade e o respeito pelos direitos humanos que aqui no ocidente não nos cansamos de invocar para outros cantos do mundo? Onde está o respeito internacional pelas decisões da ONU e a solução dos dois Estados (Estado Palestino e Estado Israelita) naquela zona? Quem tem poder para parar este massacre e afinal se prepara para a eventualidade de deixar passar mais um em Rafah, e assim sucessivamente até à extinção física total do Povo Palestino?

Afinal Israel não está contra tudo e contra todos. Israel, ao invés de terrorista, continua a ser por nós tratado como um Estado democrático, enquanto a nossa indiferença e hipocrisia política vai, em 3 meses, assassinando cruelmente um povo, quase com o mesmo grau de letalidade, provocado na hora da explosão, da bomba atômica norte-americana sobre Nagasaki...



Teresa Nóbrega*

Ora chega, chega, chega... ora arreda lá para trás

As eleições de 4 de Fevereiro ficaram marcadas por uma vitória retumbante da ala Direita do espectro político açoriano, que não só obteve clara maioria parlamentar, com 32 deputados de um total de 57, mas também a maioria dos votos que deram entrada nas urnas.

Para que não haja equívocos, entenda-se por MAIORIA o conceito matemático comum do termo, ou seja, uma força política só consegue a maioria se conquistar no mínimo, metade +1 dos mandatos do parlamento. A contagem e o significado dos votos expressos nas urnas só pode ser entendido segundo um conceito matemático. Os interesses políticos inventaram outras terminologias, como o de “maioria relativa”. Um absurdo propagandeado geralmente pelo partido mais votado mas sem maioria, que usa o termo para cantar vitória e reclamar o direito a governar, quando na realidade precisa do apoio de outros para se manter no poder.

A Direita vitoriosa, que tem na Coligação PSD-CDS-PPM, “a candidatura mais votada” do acto eleitoral, conforme a designou, muito apropriadamente, o Sr. Presidente da República, nas suas habituais respostas a perguntas de jornalistas que o acompanham nas suas visitas, tem por missão a responsabilidade de negociar e firmar acordos que lhe permitam governar, cabendo ao Partido Socialista, a segunda candidatura mais votada, a importantíssima incumbência de liderar a oposição. É assim que funcionam as democracias.

Só que, neste momento, tão importante para o futuro próximo das instituições democráticas da Autonomia açoriana, a liberdade e independência do exercício Autónimo está suspenso até 10 de Março, para não ferir os interesses das forças políticas nacionais neste período de disputa eleitoral. Não é éticamente possível aos líderes políticos regionais tomar decisões que deveriam ser tomadas se as mesmas traírem os interesses dos seus companheiros nacionais em campanha eleitoral. Até 10 de Março a Autonomia está refém dos interesses político-partidários nacionais. O processo de formação de um novo Governo regional deve ser discreta e habilmente atrasado até permitir o restabelecimento da afirmação da Autonomia açoriana. É importante que a sociedade açoriana não enfeudada aos partidos políticos sensibilize o Sr. Presidente da República no sentido de exercer a sua influência, de modo a não se

apressar o processo de constituição do próximo Governo Regional.

Foi por isso, com espanto, que nesta terça-feira de Carnaval deparamos com a notícia na imprensa regional sobre a intenção de José Manuel Bolieiro pretender acelerar o calendário de nomeação de governo e discussão do respectivo programa, de modo a que a discussão e votação do programa de governo decorra antes das eleições nacionais, contrariamente ao que tem sido praticado até agora.

Para isso seria necessário a nomeação de Bolieiro minutos depois de ser recebido pelo Representante da República, como aconteceu há três anos atrás. Mas há três anos Bolieiro já levava consigo um acordo de governo com outros dois partidos e um acordo de incidência parlamentar com outros dois, o que lhe garantia a aprovação do programa de governo e maioria parlamentar de apoio. Agora irá apresentar-se de forma altiva e de mãos vazias, porque recusou qualquer negociação com outra força política e não se mostra disponível para dialogar nem para negociar acordo algum, imprescindível para viabilizar um governo por si liderado. Com a sua experiência, custa a crer que o embaixador Pedro Catarino, que tem a idade do presidente Biden, indigite tal personagem para formar governo.

Quando nas democracias parlamentares europeias, após eleições, há dificuldade em construir-se uma maioria parlamentar de apoio a um futuro governo, só depois de goradas longas negociações é que se recorre a um novo acto eleitoral, o que é bastante raro acontecer. Aquilo que pretende Bolieiro, novas eleições rapidamente, tantas quantas forem necessárias até conseguir maioria, é “terrorismo político”. Mas a República Portuguesa, ao fim de meio-século de liberdade, já tem maturidade e cultura política democrática suficiente para saber lidar com aqueles que não sabem bem o que é uma democracia. Os tempos de Cavaco Silva e da ridícula nomeação de um Governo para 12 dias são tempos que já lá vão.

O título desta crónica, refrão de uma “modinha” muito tocada e dançada em tempo de Carnaval, tem a ver com o dia em que esta crónica foi escrita, o Dia de Enrudo.

*Jornalista